Decreto n.º 29:352 — Abre um crédito para reforço da dotação consignada a abonos para pagamento de serviços a utilizar para a mudança e instalação de algumas repartições em dependências do Ministério em que se estão fazendo obras necessárias à sua adaptação, etc.

Decreto n.º 29:353 — Transfere várias verbas do orçamento.

Decreto n.º 29:354 — Abre um crédito a fim de inscrever no orçamento a importância a entregar à Caixa Geral de Aposentações para satisfação dos encargos com as aposentações a conceder nos termos do decreto-lei n.º 23:173.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto n.º 29:355 — Abre um crédito para reforço das dotações consignadas a publicidade e propaganda do Observatório Astronómico de Lisboa e alimentação e medicamentos, aquisição e concertos de roupas, utensílios de mesa e outras despesas com o internato da Escola Prática de Agricultura de Santo Tirso.

Decretos n.ºs 29:356 e 29:357 — Transferem várias verbas do orçamento.

Decreto n.º 29:358 — Autoriza o dispêndio total das verbas consignadas a ajudas de custo com o serviço de exames do ensino primário e subsídios de marcha com o mesmo serviço.

Declaração de ter sido, por despacho ministerial, autorizada a transferência de uma verba do orçamento.

Ministério do Comércio e Indústria:

Decreto-lei n.º 29:359 — Estabelece que as autorizações gerais de importação a que se refere a lei n.º 1:947 poderão, quando se refram a alcatrões, breus, asfaltos ou gases derivados do petróleo, ou sejam passadas a favor de entidades que exerçam a sua actividade nas ilhas adjacentes, ser dadas para quantidades a fixar em decreto.

Decreto-lei n.º 29:360 — Prorroga até 31 de Dezembro de 1939, ou até à instituição da Corporação do Vinho, o prazo fixado no artigo 26.º do decreto-lei n.º 24:948.

Decreto n.º 29:361 — Abre um crédito destinado a ocorrer a despesas de transportes da Inspeção de Pesos e Medidas.

Decreto n.º 29:362 — Abre um crédito destinado a ocorrer à aquisição de impressos para o Instituto Português de Combustíveis.

Ministério da Agricultura:

Decreto n.º 29:363 — Abre um crédito para reforço da dotação consignada a rendas de casa da 1.ª delegação (Pôrto) da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 29:321

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida a quantia de 600\$ da verba de 1.600\$ inscrita no n.º 2) do artigo 18.º, capítulo 2.º, do orçamento do Ministério do Interior respeitante ao corrente ano económico de 1938, para a verba de 4.000\$ inscrita no n.º 2) do artigo 17.º dos citados capítulo e orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa.

Decreto n.º 29:322

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 400.000\$, destinado à aquisição de matérias primas para a Imprensa Nacional de Lisboa, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita na alínea a) do n.º 1) do artigo 57.º, capítulo 3.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico de 1938 do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É adicionada a importância de 400.000\$ à verba inscrita no capítulo 5.º, artigo 146.º e rubrica «Indústrias do Estado — Receitas brutas: — Imprensas: — Nacional», do orçamento das receitas para o mesmo ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto n.º 29:323

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e suas alíneas b) e c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933, e do citado artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 3.100\$, destinado a reforçar com as importâncias adiante indicadas os seguintes artigos do capítulo 6.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico de 1938 do segundo dos mencionados Ministérios:

Artigo 205.º, n.º 2)	1.000\$00
Artigo 206.º, n.º 1)	1.000\$00
Artigo 207.º, n.º 2)	300\$00
Artigo 207.º, n.º 3)	800\$00
	<hr/>
	3.100\$00

Art. 2.º São anuladas as seguintes quantias nos artigos adiante indicados dos citados capítulo e orçamento:

Artigo 203.º, n.º 1), alínea a)	1.000\$00
Artigo 204.º, n.º 1), alínea a)	500\$00
Artigo 204.º, n.º 1), alínea b)	400\$00
Artigo 205.º, n.º 1)	1.000\$00
Artigo 207.º, n.º 1)	200\$00
	<hr/>
	3.100\$00

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como pre-